

RELIGIOSIDADE, PERFORMANCE, SIMBOLISMOS E ANCESTRALIDADE EM UMA COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Levi Marques Pereira*
Rodrigo Luiz Simas de Aguiar**

© INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ANTROPOLÓGICAS DE CASTILLA Y LEÓN, Salamanca | 2016.

Resumo: Neste artigo serão apresentados dados de trabalhos de campo desenvolvidos junto a uma comunidade de remanescentes de quilombos situada no Estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. Em razão da não conclusão dos procedimentos administrativos de demarcação do território e do conflito vivido com proprietários rurais estabelecidos nas terras, a identidade das famílias envolvidas e a localização precisa da comunidade serão omitidas. O grupo em tela se organiza em torno de uma parentela cujas raízes remontam a um homem já falecido, migrante de outra unidade da federação que se estabeleceu por aquelas terras no início do século XX e, por isso, considerado o fundador do quilombo. Um conteúdo mitológico é manifestado por meio de performances e compartilhado entre os membros do assentamento, independente da religião em que estão inseridos, produzindo a singularidade da figuração social. .

Palavras-chave: Religiosidade, simbolismo, performance, quilombos, Brasil.

Resumen: En este artículo serán presentados datos de trabajos de campo desarrollados en una comunidad de remanecientes de quilombos ubicada en el Estado brasileño de Mato Grosso do Sul. Por cuenta de la no conclusión de los procedimientos administrativos de demarcación del territorio y del conflicto con los ruralistas establecidos en las tierras, la identidad de las familias implicadas y la localización precisa de la comunidad no serán reveladas. El grupo de que se trata está organizado alrededor de una parentela cuyos orígenes remontan a un hombre ya fallecido, migrante de otra unidad de la federación que se estableció por aquellas tierras a principios del siglo XX y, por eso, considerado el fundador del quilombo. Un contenido mitológico es manifestado por medio de performances y compartido entre los miembros del yacimiento, independiente de la religión practicada, lo que produce la singularidad de la figuraación social.

Palabras clave: Religiosidad, simbolismo, performance, quilombos, Brasil.

1. A COMUNIDADE E O AMBIENTE DE VIDA

Este artigo apresenta dados resultante de trabalhos de campo desenvolvidos em 2009 pelos autores junto a uma comunidade de remanescentes de quilombos situada no Estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. O conceito de comunidade de remanescentes quilombola remete aos descendentes de negros. O conceito foi incorporado à legislação brasileira a partir da Constituição de 1988, sendo recepcionado como uma categoria proposta para assegurar uma série

de direitos a estes coletivos, inclusive direitos territoriais sobre territórios tradicionalmente ocupados. O pesquisador José Maurício Arruti discute em vários trabalhos científicos o conceito de remanescente quilombola (*i.e.* ARRUTI, 2006). O autor chama a atenção para o fato de que a historiografia consolidou a imagem de quilombos de “resistência”, como no caso mais conhecido do Quilombo dos Palmares, que manteve uma longa guerra contra o Estado escravocrata brasileiro e existiu por várias décadas, tendo seu apogeu entre as décadas de 1630 e 1650. Entretanto, várias pesquisas etnográficas em quilombos chamam a atenção para a grande profusão de comunidades desta natureza que se constituíram em espaços de acomodação da população negra acompanhando

* Professor da Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados. Email: levipereira@ufgd.edu.br

** Professor da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Email: rodrigoaguiar@ufgd.edu.br

o avanço das frentes de expansão econômica no território brasileiro. Tais quilombos não necessariamente surgiram a partir de escravos fugitivos, mas de famílias de negros estabelecidas em espaços onde sua presença foi tolerada, ou se estabeleceram como posseiros ou proprietários de pequenas áreas. Este é o caso da comunidade em tela.

A comunidade aqui analisada está localizada na zona rural, a poucos quilômetros da sede de um município do interior de MS, uma pequena cidade de menos de cerca dez mil habitantes. Predomina na região grandes fazendas de criação extensiva de gado, sendo que a maior parte dos proprietários das fazendas maiores não reside no município, mas em cidade maiores, inclusive em outras unidades da federação. Os solos são predominantemente arenosos, ácidos e de baixa fertilidade para o cultivo agrícola em larga escala. As faixas de mata ciliares e planícies húmidas que margeiam nascentes e cursos d'água, constituem porções de terras férteis, por conta do depósito de matéria orgânica ao longo do tempo. É, preferencialmente, nestas estreitas faixas que estes quilombolas desenvolveram por décadas o cultivo de suas roças, com boa produtividade agrícola, o que lhes garantia condições de sustentabilidade. Hoje vivem reclusos em uma pequena área que não reúne as condições ideais para cultivo, o que limita as possibilidades de produção de alimentos.

Até a metade do século XX, a região onde fica o quilombo dispunha de muitas terras públicas, ainda não tituladas em nome de particulares, e muitos aventureiros lá chegavam buscando se estabelecer como criadores de gado, ou para tentar a sorte nos garimpos de diamantes. Autores como Campestrini e Guimarães (1991) descrevem a história deste período com grande riqueza de detalhes, baseados em fontes documentais e relatos de memorialistas, constituindo numa das principais fontes de referência para o artigo, além, é claro, dos próprios relatos dos membros da comunidade estudada. Os próprios quilombolas se aventuravam nestas atividades econômicas de criação de gado e mineração. Vale lembrar que a experiência dos negros no trabalho da mineração remonta aos tempos da escravidão de seus ascendentes.

Na segunda metade do século XX, a totalidade das terras do entorno da comunidade,

inclusive as parcelas por ela ocupadas há muitas décadas, foram requeridas e tituladas por particulares, vindo de outros estados. Estes novos atores dispunham de recursos para pagarem os custos com o requerimento e recolhimento de taxas exigidas pelo governo. Posseiros pobres, índios, bem como os quilombolas que viviam na região, ficaram fora da partilha da terra, a maioria tendo de se resignar à condição de trabalhador rural sem-terra. Como dito, a comunidade quilombola que ocupava uma extensa área de terras públicas, de dezenas de milhares de hectares, com atividades de cultivo, criação de animais, caça, pesca e coleta, não tinha nem recursos, nem conhecimento dos procedimentos administrativos necessários para requerer a terra em nome de seus integrantes, de modo que as parcelas que ocupavam foram tituladas em nome de terceiros. Aos quilombolas, restou-lhes uma estreita faixa titulada em nome do fundador da comunidade, mas que ele próprio considerava de uso coletivo do grupo de famílias que compunha a comunidade, todos parentes em algum grau. É nesta estreita faixa de terra que os remanescentes se encontram até os dias de hoje.

A situação vivida por esta comunidade é recorrente para mais de duas mil comunidades de remanescentes de quilombolas, segundo a Fundação Palmares. Constituição brasileira de 1988 reconheceu esse passivo histórico em desfavor das comunidades remanescente de quilombos, atribuindo ao Estado, através do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -, a obrigação de realizar estudos de identificação de terras quilombolas que sofreram processos de expropriação ao longo da titulação das terras públicas. Consciente deste direito, a comunidade em tela passou a requerer a demarcação de sua terra de ocupação tradicional. A mobilização da comunidade quilombola gerou a reação contrária dos proprietários vizinhos, instituindo tensões e conflitos entre a população quilombola e os demais regionais. Até então predominava uma relação relativamente amistosa entre a comunidade e os proprietários que se estabeleceram no entorno, sendo os quilombolas muito requisitados para trabalhos manuais nas propriedades vizinhas, na condição de trabalhadores rurais. Também desenvolviam atividades de sociabilidade com os vizinhos, como torneiros de futebol e festejos, dentro do

calendário do catolicismo popular, como as festas de santos.

Assentada em uma área de quase cinquenta hectares, cerca de cem pessoas extraem a subsistência por meio da criação de animais e cultivos diversos, além do trabalho fora de suas terras, que escassearam significativamente desde a emergência dos conflitos fundiários. Também acessam os programas de seguridade social do governo, já que todas as famílias se enquadram dentro dos critérios de carência. As residências estão dispostas em uma forma quase circular, guardando ao centro a parcela de terra mais propícia ao cultivo, campo este de uso coletivo, onde cada família dispõe de uma parte para cultivo de alimentos. O maior drama enfrentado é o da escassez de água, cujo empréstimo depende da boa vontade de proprietários vizinhos e que já gerou algumas tensões. A prefeitura recebeu recursos do governo federal para escavar um poço artesiano, mas a empresa contratada executou o serviço pela metade, abandonando a empreitada na cota de 50 metros de profundidade, quando o mínimo necessário para o poço funcionar seria de 150 metros, cota em que se encontra o lençol freático. Em períodos de seca prolongada, tanto este poço como os demais, do tipo caipira, esgotam-se, ocasião em que os quilombolas são forçados a recorrer a fontes alternativas, distantes vários quilômetros, fazendo o transporte em tonéis e carriolas. E eis que muitos dos rituais que serão descritos estão justamente ligados com o ciclo das águas, já que desde o confinamento da comunidade à pequena área, ficaram longe dos cursos de água perene.

Antes da expropriação da maior parte do território, a comunidade dispunha de uma área superior a vinte mil hectares e as casas estavam situadas próximas aos cursos e córregos perenes. Em épocas de maior escassez as famílias recorriam livremente a córregos, nascentes e minas que corriam ininterruptamente em diversas partes do território original. Agora, estes recursos estão na posse de particulares, estabelecidos como proprietários legais das terras. O acesso a estas fontes de água só ocorre com permissão dos proprietários, sendo que a maior parte deles vetou o trânsito dos quilombolas a partir do momento em que a comunidade passou a reivindicar a demarcação da terra. Com isso, o problema do acesso a água foi agravado.

Como já dito, a terra local é arenosa, o que dificulta a manutenção dos cultivos, feitos por

meio de sementeira manual com uso da matraca. Faz-se então necessária a ação de programas de extensão rural com auxílios para recuperação da fertilidade da terra e emprego de tecnologias. A pouca terra disponível impede o sistema de pousio, antes praticado pela comunidade e indispensável para a recuperação da fertilidade da terra.

O território, ainda não reconhecido, foi adquirido pelo fundador da comunidade, quando da sua migração para o Estado de Mato Grosso do Sul, ainda no início do século XX. Seus descendentes se casaram com parentes distantes, constituindo uma parentela que exerce o domínio político do espaço, recebendo agregados por meio de uniões exogâmicas. O segundo filho tinha a autoridade reconhecida pelos demais (o mais velho reside distante da comunidade, em outro estado da federação), autoridade esta que só era ultrapassada pela figura do pai e fundador da comunidade, que mesmo falecido tem sua memória evocada como signo de autoridade. Orientações, narrativas, conselhos e práticas identificadas ao fundador são evocadas como referenciais de orientação da conduta dos membros da comunidade até os dias de hoje.

Num raio aproximado de 4 km levantam-se ao fundo formações montanhosas que abrigam rica fauna e flora, típicos dos campos de cerrado. É nestes nichos naturais que boa parte da simbologia ritual é projetada. Fica evidente o extenso valor simbólico que o grupo atribui àquela terra: sede onde o fundador assentou as raízes do grupo; espaço onde logrou produzir um coletivo com formas de sociabilidade identificadas como exclusiva e altamente apropriadas à conduta humana; chão em que as súplicas aos santos eram manifestadas por meio de duras penitências estendidas à base das morrarias e aceitas pelas divindades; local que propiciou ao clã uma vivência mais digna, apartada das razias de uma sociedade preconceituosa e excludente.

Contrariando o imaginário que a maioria dos brasileiros não quilombolas mantém dos grupos de remanescentes de quilombos, a comunidade estudada não manifesta explicitamente laços com as religiões de matriz afro. Católicos e Evangélicos são os que predominam entre os residentes e as práticas religiosas são conduzidas em pequenas igrejas, sendo que a principal, e mais antiga, comporta não mais que vinte pessoas. A festividade de São

João é a mais importante do calendário, estando fortemente conectada à religião e aos vínculos societários entre os membros da comunidade, em especial pelos vínculos de compadrio.

Nota-se uma escala de prestígio a partir da ligação dos membros com o fundador ancestral. Vivos, restaram seis filhos do fundador residentes na comunidade, sendo estes os que gozam de maior prestígio. A progenitura é muito valorizada, sendo o filho mais velho considerado a liderança mais legítima, como ele vivia fora da comunidade a liderança era exercida pelo segundo filho mais velho, que sempre fazia questão de lembrar da deferência por ele devida ao irmão mais velho. As demandas de liderança que partem de indivíduos que não possuem esta ligação sanguínea com o patriarca são acompanhadas de tensão e desconfiança, mesmo quando procuram demonstrar habilidades que os líderes considerados legítimos não teriam, como no caso da escolaridade. O neto mais velho está sendo preparado para assumir a liderança da comunidade. Assim, consolida-se que a sucessão se dá, preferencialmente, pela linhagem familiar direta, de forma hereditária, ou seja, a transmissão da chefia é patrilinear, com forte enfoque na senioridade.

2. O ESPAÇO DE RESIDÊNCIA

As casas normalmente são dotadas de um recinto maior, já na entrada, que acomoda a sala e a cozinha de forma conjuminada. A cozinha pode ser claramente interpretada como elemento doméstico basilar, assumindo função de espaço de socialização. Os quartos ficam em um segundo bloco, separado por única passagem.

Ao redor da casa são plantadas as ervas medicinais e de uso mágico/religioso, que compartilham o espaço com algumas árvores frutíferas, ou de uso ornamental. A manga é uma espécie vegetal que aparece em todos os espaços de residência. O próprio filho do fundador lembra de uma velha mangueira como referência do primeiro espaço onde sentou habitação. As árvores mais frondosas projetam sombras que em dias ensolarados são muito usadas como espaço de convivibilidade, como receber visitas ou para o desenvolvimento de atividades domésticas, como processar alimentos.

Os animais são criados em áreas muito próximas às casas, já que a área disponível para a cada família é bastante reduzida. Com isso, as

casas estão relativamente próximas umas das outras. Uma das residências foi edificada pela técnica do adobe, o que confere a ela um caráter de tradicionalismo. Existem várias casas antigas, não mais utilizadas como habitação, construídas com a mesma técnica. Entretanto, as casas construídas nos últimos anos seguem o estilo praticado fora da comunidade, inclusive várias famílias receberam casas de programas habitacionais do governo, de arquitetura genérica e edificadas com materiais industrializados. Identifica-se, com isso, uma tendência de ruptura na construção das casas.

A rapadura é um produto derivado da cana de açúcar apreciado na comunidade. Algumas casas possuem no pátio o moedor de cana e o fogão de argila para ferver a garapa, equipamentos usados na produção da rapadura e melaço de cana. Os moradores fazem questão de enfatizar que, no passado, dispunham de grande autonomia alimentar, produzindo a maior parte dos produtos consumidos, com pouca dependência de artigos comprados no mercado. A dependência crescente de mercadorias leva as famílias a carecerem cada vez mais de renda, sendo este um dos dilemas enfrentados pela comunidade.

Cada casa possui um quintal com espécies vegetais usadas na prática da medicina tradicional e usos mágicos (como no caso de arruda, espada de São Jorge, guiné e outras), cultivadas em meio a outras plantas, sejam ornamentais ou frutíferas. O preparo medicinal mais comum, o dos chás, se dá pelo modo da infusão. Como não poderia deixar de ser, o filho mais velho residente na comunidade é identificado pela coletividade como a fonte mais precisa do conhecimento medicinal e seu herbário, o maior, funciona como uma referência para os demais. Contudo, as mulheres ligadas à família são as mais ativas no preparo e na prescrição dos tratamentos. Esta função exercida pelas mulheres remete às distinções de gênero produzidas na comunidade e aponta para a importância nos cuidados com as pessoas enfermas. As mulheres também controlam o processamento de alimentos, o que lhes assegura a prerrogativa de alimentar os membros da comunidade. É comum também trabalharem na lavoura, embora esta seja uma obrigação dos homens. Além disso, empreendem atividades eventuais fora da comunidade, acompanhando o marido ou outros parentes.



Herbário



Fogão de argila usado no preparo da rapadura



Contraste entre a arquitetura tradicional, de adobe, e a de tijolos.



A *matraca*, usada no plantio tradicional.

3. O HERÓI MITOLÓGICO

A fundamentação do fundador como um herói mitológico se dá pelas narrativas de seus filhos e parentes, onde poderes mágicos lhes são atribuídos: como a capacidade de desaparecer ou de metamorfosear-se em animais. Entre os animais mais citados pelos depoentes em suas transformações estão o macaco e a onça. Estas metamorfoses aconteciam quando este se encontrava em perigo, seja perseguido por bandidos ou opositores, ou ainda quando se embrenhava na mata. Também lhe era atribuído o poder do desaparecimento e de invisibilidade, que usava para transitar em diferentes contextos e para ter acesso a informações importantes sem ser notado pelos demais, em especial por seus opositores. A região era extremamente violenta e é de se imaginar que esta violência atingia de modo mais incisivo os negros, por conta das discriminações que sofriam. Tais discriminações aparecem em várias narrativas sobre o herói fundador, acionadas como fonte de práticas violentas contra ele, mas das quais sempre superava recorrendo aos seus poderes sobrenaturais.

A muleta (ou cajado?) é reconhecida como o símbolo da autoridade do patriarca. Uma de suas netas afirma ter visto seu espírito e na narrativa o elemento que mais se destacava era o ruído que a muleta emitia ao bater contra o solo, evocando sentimentos de temor e respeito. Desbravador, fundador de uma prole trabalhadora e ordeira, respeitado e, quiçá, temido por seus poderes sobrenaturais; características que podem ter sido decisivas na transição do humano para seu paralelo mitológico. Tais características e habilidades teriam sido fundamentais para o êxito de um negro que, enfrentando todos os preconceitos, conseguiu se estabelecer como proprietário e como referência de articulação de uma coletividade. O universo onírico é outro espaço de manifestação do fundador. É em sonhos que se comunica com seus filhos, alertando de situações perigosas e transmitindo conselhos.

Na constituição das relações externas a esposa do fundador teve papel preponderante. Parteira e operadora da medicina tradicional, sua figura foi posteriormente transferida para a esposa do filho mais velho residente na comunidade. Este papel de parteira e curandeira se deu para além dos limites do território familiar, acudindo pessoas que residiam fora da

comunidade, inclusive os proprietários estabelecidos no entorno. As relações extra comunidade eram mais ligadas às benzeduras, sendo recorrentes àquelas aplicadas para bom parto, cobreiro, arca caída e mordida de cobra. Estas empreitadas acabaram por desencadear algumas relações de compadrio. Tais relações favoreciam a manutenção do respeito aos negros, mesmo em cenário francamente desfavorável, marcado por forte preconceito.

As ligações com entidades divinizadas se dão por meio da *performance* ritual. Muito vivas na memória da comunidade estão as penitências comandadas pelo fundador, onde se destacam dois marcos simbólicos. O primeiro é o denominado “morro solteiro”, também chamado de “morro da penitência”. Baixo o comando do patriarca, em décadas passadas, os membros da comunidade carregavam pesadas pedras sobre as cabeças pedindo chuva em tempos de estiagem, que ameaçavam as colheitas. O trajeto de cerca de quatro quilômetros era percorrido com os pés descalços e baixo calor escaldante. “Tinha que sofrer pra ser penitência”, narrou um dos depoentes.

Outra prática mágica relacionada à pluviosidade era a visita ao cemitério, onde os descendentes lavavam as cruzes dos ancestrais. “Muitas vezes a chuva caía já quando a gente tava voltando pra casa”, afirmou outro entrevistado. A resposta evidenciava a aceitação da penitência e a comprovação da correção dos procedimentos executados pelos membros da comunidade.

O cemitério e o morro solteiro se constituem como referenciais simbólicos capitais para a manutenção da prática cultural do grupo. A serra circundante, como um todo, aparece constantemente como marco de caça, de penitência, de jornadas. Estas seriam as principais referências para a produção da territorialidade do grupo, constituindo os referenciais para a localização dos assentamentos das habitações, roças, áreas de caça, pesca e coleta, de acordo com os costumes e tradições de conhecimentos praticados pela comunidade.

No que tange o nascimento de uma criança, um conjunto de práticas simpáticas são observadas a fim de garantir bom parto. A mulher grávida não poderia sentar no pilão ou permanecer embaixo do batente da porta (deveria atravessar a porta de uma só vez) ou colocar no fogo lenha de forquilha, pois isso

poderia acarretar problemas ao processo de gestação. Quando em trabalho de parto, executava-se simpatia evocando a Nossa Senhora do Bom Parto. Se a criança estava atravessada a curandeira proferia simpatia para corrigir a posição do feto.

Após o parto, a mãe guardava quarenta dias de alimentação controlada, pois neste período de resguardo estaria com o “corpo aberto”, sucessível a doenças. A criança era benzida contra quebrante, sendo vetada a visita ao recém-nascido no sétimo dia para evitar o mau-olhado. Vestir a criança com um gorro vermelho também é prática comum para evitar este mau.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos e cuidados rituais acima apontados são apenas exemplos de um conjunto bem maior praticado na comunidade. Eles são considerados eficientes para assegurar a produção de pessoas com corpos saudáveis e moralmente bem formadas. Tais procedimentos seguem sendo transmitidos de geração em geração, de acordo com os modos próprios de difusão dos conhecimentos guardados pela comunidade.

Apesar de haver, no plano discursivo, uma forte negação das religiões de matriz africana, acreditam que os mortos podem aparecer em espírito para os vivos, como efetivamente ocorre com o fundador. Isso encerra uma grande contradição, que é mantida em razão de sustentar a autoridade dos ancestrais e em especial do herói mitológico. Tais procedimentos são em sua maioria mantidos sob sigilo, como procedimento interno da comunidade, remetendo ao receio de apresentarem-se como praticantes de religião de matriz africana. Muitos regionais denominam estas formas religiosas de modo preconceituoso, chegando mesmo a demonizá-las a partir da categoria regional de macumba, um bom motivo para evitarem tal identificação.

A mobilização em torno do reconhecimento do território de ocupação tradicional da comunidade promoveu a expectativa de superar a condição de confinamento territorial e, conseqüentemente, dos problemas relacionados a falta de água e dificuldades com a sustentabilidade. Constitui também um momento favorável à emergência da memória, da disposição das pessoas para

relatarem suas histórias atuais e pretéritas, bem como explicitar a importância do herói fundador, responsável por constituir a comunidade e deixar como legado os conhecimentos e práticas imprescindíveis para a continuidade da existência da comunidade e a superação de seus desafios.

BIBLIOGRAFIA

ARRUTI, J. M. (2006). Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc. 370pp.

CAMPESTRINI, H. & GUIMARÃES, A. V. (1991). História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/Brasília: IHGMS.

CHAUÍ, M. (1998). Prefácio. In: Éder Sader, Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CORREIA FILHO, V. (1939). Mato Grosso. 2ª ed. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília.

CORREA, L. S. (1999). História e fronteira. O sul de Mato Grosso (1870-1920). Campo Grande: UCDB.

GRESSLER, L. A. & SWENSSON, L. J. (1988). Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul. Dourados: Dag.

HALBWACHS, M. (1990). A memória coletiva. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais.

MARTINS, J. S. (1986). Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Rio de Janeiro: Vozes.

OLIVEIRA FILHO, J. P. (1999). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

SADER, E. (1998). Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-60.

SAHLINS, M. (1985). Islands of History. Chicago and London: The University of Chicago Press.

SIMIONATTO, I. (1998). O social e o político no pensamento de Gramsci. In: Alberto Aggio, Gramsci – a vitalidade de um pensamento. São Paulo: EDUNESP, p. 37-64.

THOMSON, P. (1992). A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra.

VANSINA, J. (1966). La Tradición Oral. Barcelona: Labor.